



Foto: Divulgação

Irrigação em Goiás

A irrigação em Goiás começou a ser intensificada há cerca de 30 anos. Atualmente, o Estado é o quinto em área irrigada e o primeiro em área irrigada per capita. Dentre as vantagens do uso dessa tecnologia pode-se citar a suplementação das irregularidades na distribuição das chuvas, o que neutraliza os veranicos e proporciona a obtenção de colheitas fora da época normal, eliminando a ociosidade das terras na entressafra.

Além disso, propicia incremento dos índices de produtividade e melhoria da qualidade dos produtos agrícolas, bem como absorve mais mão-de-obra, pois permite cultivos contínuos ao longo do ano. Dessa forma, a irrigação contribui para que as atividades agroindustriais se desenvolvam com maior facilidade, gerando maior número de empregos em relação àqueles criados em áreas de agricultura de sequeiro.

Conseqüentemente, novos investimentos são atraídos não somente na área de produção, mas também nos setores de prestação de serviços, lazer e outros. Ou seja, permite o surgimento de condições favoráveis para o desenvolvimento econômico da região. Geralmente, as críticas relacionadas à tecnologia centram-se nas dificuldades de capitalização do investimento e não em dúvidas a respeito dos benefícios advindos da irrigação.

A atividade eleva o custo agregado ao investimento, o que exige grande eficiência para retorno financeiro satisfatório. Adicionalmente, os equipamentos de irrigação demandam cuidados com manutenção, em função da rápida depreciação. Entretanto, diversos argumentos, que foram apresentados no passado e ainda os são no presente, justificam os investimentos feitos no decorrer dos anos pelos setores público e privado a fim de introduzir e fortalecer a irrigação.

A tecnologia muda a visão e o comportamento dos agricultores, uma vez que estes passam a considerar custos de produção versus produtividade. Com isso, concebem, com mais clareza, a idéia de empresa rural, onde, evidentemente, as receitas devem ser maiores do que o capital aplicado na produção.

Isto é, os custos com a amortização de equipamentos, operação, manutenção e outros mais associados devem ser menores que o preço de comercialização do produto. O agricultor de sequeiro, principalmente o pequeno, não tem essa percepção capitalista de seu empreendimento.

Desse modo, ao se avaliarem os efeitos resultantes da introdução da irrigação numa região, não se deve considerar somente a produção e o emprego gerado dentro da parcela irrigada, mas, sim, toda gama de efeitos secundários ou indiretos decorrente do aumento da atividade agrícola.

No que concerne ao Estado de Goiás, pode-se dividir a história do avanço da irrigação em quatro fases: a primeira caracterizada pela irrigação visando o aproveitamento de várzeas (1969 a 1978) e a segunda pelos projetos de desenvolvimento da agricultura irrigada mediante o processo de colonização (1979 a 1985).

A terceira etapa está marcada pela tendência de maior incentivo para a irrigação por aspersão pelo sistema de pivô central e pelos elevados investimentos feitos pelo poder público no suporte elétrico (1986 a 1991).

Já a quarta e última fase, que ocorreu a partir de 1992, possui como ponto distintivo o crescimento da área irrigada, mas com investimentos privados.

Para ter uma noção da evolução de parte dos sistemas irrigados no Estado, dados do cadastro nacional de irrigantes, realizado em 1988 e início de 1989, apontavam a existência de 111 pivôs centrais instalados numa área de 13.937 hectares. Pouco mais de dez anos depois, em 2002, a estimativa foi de 1.500 pivôs centrais, em

uma área irrigada de 118.099 hectares.

Particularmente em relação ao aumento dos pivôs centrais, cabe rememorar que em 1986 seu emprego nas lavouras começou a ser incrementado devido à criação do Ministério da Irrigação e também à política econômica do governo federal. Naquela época, o feijão era uma das culturas que motivavam os produtores a investir em irrigação.

Contudo, como era esperado, foi preciso a diversificação de cultivos para o crescimento da atividade, face à necessidade de viabilização de equipamento tão dispendioso como o pivô central. Hoje, culturas como trigo, milho e tomate competem com a de feijão.

Finalmente, por sua relevância na agricultura, sem esquecer ainda o papel dos recursos hídricos em outras atividades produtivas, a utilização dos sistemas de irrigação deve estar em consonância com preceitos que resguardem o bem finito, caro e escasso que é a água.

“A atividade eleva o custo agregado ao investimento, o que exige grande eficiência do produtor”

(*) Luís Fernando Stone é pesquisador da Embrapa Arroz e Feijão